



Neste sentido, ao estabelecer tal benefício, a proposição em comento trata da destinação de recursos para promover a especialização dos servidores especificados. Deste modo, se amolda ao disposto no artigo art. 32, inciso IX, alínea “c” do RICD e, por isso, compete também à Comissão de Educação a análise deste projeto.

Ademais, trata igualmente do direito à educação de tais servidores, até por constituir incentivo para que estes continuem angariando conhecimentos que aperfeiçoem o seu desempenho nas tarefas requeridas no referido Tribunal de Contas. Por esse outro aspecto, inegável e inafastável a competência da Comissão de Educação para análise do mérito da matéria, em função do que estabelece o artigo 32, inciso IX, alínea “d” do RICD.

Neste sentido, estando demonstrado que a proposição em apreço trata de recursos financeiros que serão aplicados na educação dos mencionados servidores, e, além disso, trata do direito à educação dos mesmos, necessária a aplicação do art. 32, IX, “c” e “d” do RICD, importando na redistribuição da matéria para análise de mérito pela Comissão de Educação.

Pelo exposto, fundamentado nos dispositivos regimentais carreados, solicito o deferimento deste requerimento.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2022.

**Deputado TIAGO MITRAUD**  
**(NOVO/MG)**

